

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DO FORO**

..... (razão social completa), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CCG/MF sob nº, com sede nesta capital na (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), com inclusa cópia do Contrato Social (doc.), representada neste ato por seu sócio-proprietário Sr. (nome completo), por seu Advogado e bastante procurador *in fine* assinado, constituída na forma do incluso Instrumento de Mandato (doc.), com endereço profissional à (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 1.102a a 1.102c, do Código de Processo Civil, propor a presente

AÇÃO MONITÓRIA

em face de (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº e inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado nesta Capital à (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), e que deverá seguir o **procedimento monitorio**, pelos motivos de fatos e direito que passa a expor:

I – DOS FATOS

A Requerente, atuante no ramo de prestação de serviços de(especificar), recebeu do Réu como pagamento de serviços prestados o cheque de nº, do Banco, agência, no valor de R\$ (valor por extenso), cuja data de pagamento era para o (dia, mês e ano), conforme faz certo a prova escrita, anexando o título (doc.), sendo certo também que o mencionado cheque tem como emitente o Réu.

Ocorre, que, quando da apresentação na data determinada na emissão do referido cheque, foi ele devolvido pelo serviço de compensação bancária por insuficiência de fundos.

A partir daí, várias foram as tentativas para receber o crédito com o devedor pedindo para que se aguardasse algum tempo pois logo ele saldaria o débito.

A credora aguardou até por demais, a tal ponto de o referido cheque perder a qualidade de título executivo, quando então passou o devedor a negar o cumprimento da obrigação, qual seja, efetuar o pagamento do valor constante no título.

Diante das tentativas frustradas, visto que o Réu utilizou-se de meios protelatórios, frustrando, inclusive, o procedimento executório, não houve alternativa à credora senão socorrer-se do Judiciário.

II – DO DIREITO

Estando a credora, ora Autora, com a prova escrita de existência do crédito, documento acostado a esta exordial, cujo título se encontra prescrito e, portanto, sem força executiva, sendo este último a prova hábil para ensejar tal demanda, invoca-se desse douto Juízo a expedição do competente mandado de pagamento.

Com efeito, o artigo 62 da Lei do Cheque estabelece que: “salvo prova de novação, a emissão ou a transferência do cheque não exclui a ação fundada na relação causal, feita a prova do não pagamento”

No caso da presente demanda verifica-se que o cheque foi emitido em favor da Autora.

Por ter emitido o cheque, o emitente é parte legítima para figurar no pólo passivo desta ação.

Registre Vossa Excelência que constitui o cheque ordem de pagamento à vista. Uma vez circulando ou entregue a portador transforma-se em título de crédito formal e abstrato, sem qualquer vinculação com o negócio que determinou sua emissão.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja deferido a expedição do mandado de pagamento em favor do credor, sendo o Réu citado para o cumprimento do referido *mandamus*, ou que, querendo, apresente embargos no prazo legal sob pena de não o fazendo, lhe serem aplicados os efeitos da revelia, estando então tal mandado coberto de eficácia executiva ser convertido em mandado executivo.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do requerido, sob pena de confesso, provas periciais e demais necessárias.

Requer, também, seja ao final julgada **PROCEDENTE** a presente demanda, condenando-se o devedor ao pagamento do valor principal do débito, corrigido e atualizado monetariamente pelo índice, de acordo com o quadro discriminativo do valor, em anexo (doc.), assim

como as custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações de estilo.

À presente dá-se o valor de R\$ (valor por extenso)
para todos os efeitos legais.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

....., de de
(local e data)

Advogado (nome).....
OAB n^o